



Introdução ou a escrita da História Indígena

Luisa Tombini Wittmann



INTRODUÇÃO OU A ESCRITA DA HISTÓRIA INDÍGENA

Luisa Tombini Wittmann

O que você sabe sobre os índios? Muitos brasileiros ainda deixam esta pergunta sem resposta, o que revela o desconhecimento da nossa sociedade sobre a própria história. Quando arriscam palpites, são às vezes expostos estereótipos sobre os povos indígenas, como podemos perceber ao assistir o primeiro vídeo da série de dez programas educativos intitulada “Índios no Brasil: quem são eles?”, produzido pelo projeto Vídeo nas Aldeias. Não é de se espantar que ainda se pense que os índios estão desaparecendo, ou mesmo que eles só podem ser assim denominados se estiverem vivendo nus no interior da floresta. Afinal, este não é um assunto corrente nas salas das casas, nas ruas das cidades, nem mesmo nas aulas que participamos nas escolas. Com a intenção de modificar este cenário de desconhecimento histórico gerador de preconceitos convidamos você, professor, a refletir sobre a temática indígena. Vamos, juntos, estimular um debate essencial sobre a nossa história, suscitando o respeito às referências culturais indígenas e a valorização da diversidade da sociedade brasileira. Afinal, como diz a letra da música de abertura do citado programa: *sou Pataxó, sou Xavante, Kariri, Yanomami, sou Tupi, Guarani, sou Karajá, sou Pankararu, Carijó, Tupinajé, Potiguar, sou Caeté, Fulni-ô, Tupinambá...*

Quando se conta uma história, seja ela das missões jesuíticas no período colonial ou da atual luta pela demarcação de terras, o grande tema é o contato entre populações não indígenas e indígenas. Encontros e desencontros entre sujeitos que geralmente pensam e agem de maneira distinta. Todavia, esta relação entre sujeitos diferentes não deve ser pensada como um choque entre blocos imutáveis, onde os ditos vencidos aparecem como resistentes culturais, sobreviventes descaracterizados, à espera do desaparecimento ou já vítimas do extermínio. A história do contato foi e é muito mais interessante. Podemos recontá-la reconstruindo conflitos, diálogos, tensões e negociações. Uma história na qual os índios são protagonistas, percorrem caminhos que eles mesmos construíram.

É chegada a hora de lidar com a herança que relega os indígenas a um passado distante, como seres praticamente sem história e sem futuro. Eles foram e são sujeitos da História do Brasil. Se, por um lado, não foram vítimas passivas, por outro, não permaneceram intactos no contato com o outro. Diante da nova realidade, alteraram sua cosmologia, transformaram a si mesmos. Por isso, é importante ir além da visão de um processo geral de dominação que afeta apenas negativamente as sociedades indígenas. Nesta ótica, a sua completa e definitiva destruição, iniciada a partir da chegada dos portugueses, seria apenas uma questão de tempo. A visão derrotista, que não reserva futuro algum aos indígenas, arrasta consigo sua agência na história. É importante lembrar, inclusive, que as populações indígenas estão atualmente em crescimento demográfico no Brasil.

IBGE – Publicação completa sobre as “Características Gerais dos Indígenas” com base no censo de 2010:

Houve um crescimento de 205% na população indígena brasileira nas últimas duas décadas. É possível visualizar os dados de 2010 através de mapas temáticos e gráficos encontrados no site oficial do IBGE.

O curso **História dos Índios no Brasil** tem como objetivo compartilhar e gerar conhecimento sobre a temática indígena, colaborando com a implementação da Lei 11.645/08, que a torna obrigatória no currículo da rede de ensino pública e particular. Trata-se de um projeto de extensão universitária, coordenado pela Prof. Dra. Luisa Tombini Wittmann e desenvolvido pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). O Programa Memorial Antonieta de Barros, do qual é atualmente integrante, foi aprovado pelo edital nacional PROEXT do Ministério da Educação (MEC/SESu), Governo Federal do Brasil. Este curso, destinado a professores(as) da rede pública de ensino, está estruturado em cinco capítulos que versam sobre ensino, historiografia, história e cultura indígena. São reflexões sobre desafios e possibilidades dos estudos históricos e do ensino da temática, dentro e fora das aldeias indígenas; sobre singularidades históricas e culturais de etnias distintas, em diferentes períodos e regiões do Brasil; sobre leis dirigidas aos indígenas e lutas cotidianas protagonizadas por eles. Pretendemos, desta forma, visibilizar a presença indígena na nossa história comum, na sociedade atual e no futuro do Brasil.

A Lei 11.645/08 torna obrigatório no currículo do ensino fundamental e médio (público e privado), o estudo da história e da cultura afro-brasileira e indígena. A Lei sancionada no dia 10 de março de 2008 pelo presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva especifica no conteúdo programático a abordagem de aspectos das histórias, culturas e lutas dos povos indígenas no Brasil, no âmbito de todo o currículo escolar.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm

É possível escrever a história de povos ágrafos? Quando se condenou os índios ao passado remoto e ao extermínio futuro? Quais os estereótipos que podemos e devemos ultrapassar através do conhecimento de nossa própria história? O capítulo escrito por **Giovani José da Silva** segue o mesmo caminho desta introdução, mas por outra trilha. A historiografia encontra o ensino no combate ao preconceito e na construção do respeito à diversidade brasileira. São feitas considerações necessárias sobre a abordagem da temática indígena na Educação Básica, não mais como opção, mas como preceito no currículo de todas as escolas do país. Mais do que isso, o capítulo 1 nos estimula a refletir sobre o ensino-aprendizagem para além do espaço escolar não indígena. A experiência de Silva enquanto docente na aldeia Bodoquena, em Porto Murtinho, Mato Grosso do Sul, possibilita que sejam reveladas narrativas Kadiwéu acerca do passado. Alteridade e diversidade saltam das palavras do autor-professor, fazendo com que o leitor perceba que há, de fato, diferentes formas de se viver e de se contar a História. São mesmo de admirar as histórias narradas por Giovani e pelos *Ejiwajegi*, que se tornaram “antropólogos de si mesmos”.

Almir Diniz de Carvalho Júnior nos faz remontar aos tempos coloniais na Amazônia, aos indígenas que habitavam há milhares de anos aquele território que passou a fazer parte do Império Português. Trata-se de índios cristãos (mulheres, crianças e homens) que tinham o domínio de afazeres singulares. Entre eles estavam os guias das florestas, que transitavam com esmero pela região, e os remeiros das grandes canoas que percorriam os imensos rios amazônicos para transportar as famosas drogas do sertão. O texto em questão é uma verdadeira viagem ao mundo indígena, cristão e colonial, que rompe com ideias cristalizadas sobre a Amazônia e visibiliza ações de sujeitos de vital importância na História.

Os capítulos seguintes, escritos por **Luisa Tombini Wittmann** e **Mariana Albuquerque Dantas** revelam histórias específicas de povos singulares, no sul e no nordeste do país. Em Santa Catarina, os Xokleng encontram-se numa área conhecida como “Vale Europeu” e sofrem as consequências não só de uma memória, mas de uma

história excludente. O contato com imigrantes europeus, na região do Vale do Itajaí, acabou por engendrar violências direcionadas ao povo indígena Xokleng. Para além do sofrimento, mas sem se desprender dele, acompanharemos algumas das experiências de crianças indígenas adotadas por famílias germânicas, que reconstruíram suas vidas entre dois mundos. Dantas, por sua vez, atenta para a forte presença indígena no nordeste, centrando sua análise histórica em Pernambuco, onde os indígenas tiveram sua identidade questionada e seus territórios suprimidos ao longo do século XIX. Estes grupos continuam a se identificar como indígenas, a lutar pelo reconhecimento de seus direitos coletivos e a realizar rituais como o Ouricuri, praticado pelos Fulni-ô.

Por fim, o último capítulo, escrito por **Clovis Antonio Brighenti**, revela algumas das ações indígenas diante da exclusão recorrente ao longo da História do Brasil. O crescimento vertiginoso do movimento indígena nas últimas décadas demonstra a aliança de povos distintos por uma causa comum. O sentimento de pertencimento e de identidade dos índios enquanto tal aumenta sua força e impulsiona a sociedade brasileira a elaborar e a cumprir leis mais condizentes com suas necessidades, inclusive a partir das lutas pelas demarcações de terras indígenas nos quatro cantos do país.

A Nova História Indígena e a Agência Indígena na História

A Nova História Indígena busca conhecer ações e interpretações de sujeitos e povos indígenas, diante de realidades diversas, ao longo da História do Brasil. Tem, assim, consolidado um importante espaço nos estudos históricos. A visão de que os índios não teriam história marcou o pensamento de intelectuais ligados ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) ao longo do século XIX. Historiadores foram incumbidos pelo Imperador D. Pedro II da importante tarefa de escrever uma história elogiosa do passado colonial, na tentativa de consolidar um projeto político de um governo monárquico com unidade territorial e manutenção da escravidão. O modelo do país, mesmo situado nos trópicos, era a Europa. A população, contudo, era em sua maioria de origem africana e indígena. Nesta época, o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen – numa visão etnocêntrica e evolucionista –, sentenciou que os indígenas estariam na infância, ou seja, num estágio inferior da suposta escala civilizacional. Esta visão oitocentista só pode ser compreendida dentro do contexto em que foi produzida,

quando um Estado-Nacional em formação se pretendia culturalmente uno. Atualmente, é a diversidade da sociedade brasileira que deve ser reconhecida e respeitada, sobretudo a dos povos indígenas, que apresentam diferenças culturais significativas entre si.

Quando se afirma que populações indígenas estão em vias de desaparecimento, ou já fazem parte do passado, utiliza-se frequentemente a palavra extermínio, decretando o fim da sua existência e de quaisquer possibilidades futuras. Outras vezes é apresentada uma visão conservadora, na qual a cultura indígena aparece ligada a uma tradição milenar, estabelecendo uma resistência absoluta que ignora as mudanças inerentes às relações humanas. Mesmo quando transformações culturais são percebidas, por vezes o índio é retratado como um mero remanescente que teve sua cultura destruída ou descaracterizada. Estas são posturas essencialistas, pois pensam o indígena como pertencente a uma cultura ideal e estática, ora como vencedor resistente, ora como derrotado pelas mudanças. O movimento da História não é apropriadamente levado em conta, como se as relações fossem – numa perspectiva claramente reducionista –, uma guerra contínua entre vencedores e vencidos, onde ninguém se transforma.

A ideia de que índios deixam de ser índios quando usam roupas e têm acesso a internet, por exemplo, parte deste mesmo pressuposto de que a cultura indígena é – ou deve ser – imutável. Por um lado, temos facilidade em compreender como resultado óbvio do processo histórico as mudanças socioculturais na nossa sociedade, até mesmo entre poucas gerações familiares. Por outro, há uma dificuldade notável de entendimento das transformações ocorridas nas sociedades indígenas. Muito delas, inclusive, foram ocasionadas por relações forçadas a partir da colonização europeia e, conseqüentemente, da escravização indígena e das missões evangelizadoras. As relações assimétricas de poder estabelecidas com não indígenas foram responsáveis até mesmo pela extinção de algumas línguas, etnias e culturas indígenas que aqui habitavam muito antes da chegada dos europeus. Culturas indígenas, sempre no plural.

Após a independência, e mesmo recentemente, a postura oficial do governo era a de transformar os indígenas. Dito de outra forma, de fazer com que os pertencentes a culturas classificadas como inferiores, portanto “selvagens”, se aproximassem do modelo considerado “civilizado”. Ao longo da história do Brasil, foram constantes os mecanismos de violência física e/ou simbólica criados para integração dos indígenas à sociedade nacional. Hoje, ironicamente, exigimos deles constância cultural – e não de

nós mesmos –, ao acusa-los de não serem mais genuinamente indígenas. Não teriam, portanto, direito a exigir políticas específicas e diferenciadas. É urgente e salutar que tenhamos mais consciência histórica, e que apoiemos suas lutas. Os povos indígenas querem viver conforme seu modo de vida, ou seja, anseiam pela possibilidade de ser dignamente quem são.

A reflexão sobre a História também nos leva a problematizar alguns termos. *Índio*, por exemplo, é tão amplo e genérico que turva a percepção de que povos indígenas são diferentes entre si. O equívoco de Cristóvão Colombo, que imaginou ter desembarcado nas Índias, acabou por classificar e homogeneizar o que era de fato – e ainda é –, uma diversidade de etnias. Trata-se de diversas culturas, singulares e dinâmicas, em constante transformação. Atualmente o movimento indígena, que nas últimas décadas ganhou novo fôlego, luta não só pela retomada de suas terras, mas pela melhoria e pelo modo de vida de cada grupo étnico. Assim, o termo índio muda de significado: ele une comunidades distintas na luta por direitos comuns.

Décadas depois da chegada dos europeus ao que chamaram de Novo Mundo – certamente não o era para aqueles que denominaram índios –, os jesuítas deram início à tentativa de catequização dos nativos ou, no termo de época, dos *gentios*. Os missionários criaram, portanto, uma outra palavra para denominar os que não eram cristãos como eles. Os colonizadores, por sua vez, instituíram o binômio *Tupi x Tapuia*, que indicava uma relação de aliança ou conflito com os europeus que, vale dizer, era fluida, ou seja, poderia se alterar conforme as circunstâncias históricas e as motivações indígenas. Ambas as categorias foram perpetuadas pela documentação colonial como componentes de uma dicotomia que opunha o sertão – vazio e “selvagem” – ao litoral – colonizado e “civilizado”. Nesse caso, portanto, a denominação tapuia não é expressão designativa de uma etnia, pois incluía dezenas de grupos indígenas numa palavra de origem tupi que alguns afirmam significar inimigo. Outras vezes, grupos indígenas foram chamados de *negros da terra* em contraposição aos africanos escravizados, os *negros da Guiné*, fazendo referência à sua condição de servidão. Índios, Gentios, Tupi, Tapuia e Negros da Terra são, portanto, nomenclaturas construídas pelos europeus, colonizadores e/ou religiosos, conforme os seus interesses e visões de mundo.

No Brasil de hoje almeja-se o respeito para com as populações indígenas, a compreensão e o reconhecimento delas como protagonistas e não apenas vítimas da história. Demonstra-se que foram e são agentes do contato. Isso é o que a Nova

História Indígena denomina Agência Indígena. As sociedades indígenas sofreram, sem dúvida, com a conquista da América. Encaram, inclusive, as consequências desta longa e excludente história. Contudo, mesmo diante de um processo violento, não se deve reduzir a dinamicidade histórica às atrocidades dos brancos. Houve ações indígenas diante de situações adversas e diversas, inclusive naquelas resultantes de relações de poder bastante desiguais. Apesar das imposições, as sociedades indígenas, diversas umas das outras, criam, interpretam, agem e vivem.

Na escrita da Nova História Indígena, busca-se levar em conta a perspectiva dos próprios indígenas e colocar em cena suas interpretações da história, posto que durante muito tempo os pesquisadores se detiveram apenas nos discursos e práticas sobre eles, ou mesmo não reconheciam sua historicidade. Hoje, se propõe indagar sobre as formas indígenas de pensar e agir diante do outro, diferente de si. As sociedades indígenas “pensaram o que lhes acontecia em seus próprios termos, reconstruíram uma história do mundo em que elas pesavam e em que suas escolhas tinham consequências” (CUNHA, 1992, p. 19). Entram em cena inúmeras ações indígenas, em conjunturas e períodos distintos de contato.

As ações dos sujeitos indígenas devem ser observadas a partir das suas experiências sociais e culturais específicas, com objetivos próprios. Uma análise nesse sentido se torna viável recusando a noção de cultura estática, que engessa as ações dos sujeitos históricos. Ao invés de difundir a ideia comum de cultura como um sistema rígido, é interessante percebê-la na vivacidade das relações sociais que, num dinamismo constante, apresentam trocas, conflitos, negociações, acomodações, ressignificações. O que importa é compreender o indígena como sujeito histórico que age conforme sua leitura do mundo, baseada tanto em códigos socioculturais quanto nas experiências desencadeadas pelo contato. Para isso, necessitamos aproximar a História da Antropologia, cujo cerne do ofício é interpretar a alteridade. “Essas experiências, vivências e estratégias indígenas vêm sendo esmiuçadas por um crescente número de estudiosos, buscando aliar uma certa sensibilidade antropológica às informações inéditas que emergem, em fragmentos dispersos, dos arquivos que guardam e escondem os mistérios do passado” (MONTEIRO, 1999, p. 238).

As últimas décadas testemunharam o *boom* desta área, com a compreensão definitiva de que os índios têm história, e não só etnografia, como afirmou Varnhagen em meados do XIX. Devemos citar ao menos uma obra e um autor que fizeram parte

desta transformação historiográfica, que se desenvolve atualmente em ritmo intenso. Em primeiro lugar, *História dos Índios no Brasil*, uma coletânea de artigos organizada por Manuela Carneiro da Cunha que marcou um esforço conjunto de contar a história de diferentes grupos indígenas, em tempos e espaços distintos.¹ Serve, portanto, quase que como um pioneiro tratado de História Indígena, posto que apresenta artigos de autores consagrados sobre etnias diversas. Em segundo, John Manuel Monteiro, pesquisador renomado que articulou grupos de pesquisas cujo intuito é dar visibilidade à presença indígena na História.²

Mas, afinal, como é que esses e outros pesquisadores escrevem a história indígena, especificamente do contato? Este foi compartilhado por diferentes sujeitos históricos, índios e brancos. Foram os últimos, contudo, que nos deixaram registros sobre os quais podemos nos debruçar para reconstruir histórias. Muitos advertem desconfiados que os documentos escritos evidenciam apenas visões acerca dos indígenas. As informações neles contidas demonstrariam apenas a perspectiva de um dos lados do contato, o do letrado. Podemos ou não pensar uma vivência coletiva através do relato de somente uma das partes? Não corremos o risco de contá-la enviesada, apenas através de um ponto de vista não indígena? Alguns pessimistas diriam que o risco assemelha-se mais a uma certeza, e afirmariam que de documentos escritos podemos apreender somente uma história de brancos. As fontes têm seus filtros, é claro, relatam uma história parcial. Cabe ao pesquisador, porém, não confundir documento histórico com história, e analisá-lo como tal. Fontes são históricas, têm sua história, porém não são História. Esta somos nós os encarregados de contar. Neste caso, a partir de escolhas teórico-metodológicas vinculadas à Nova História Indígena.

¹ CUNHA, Manuela Carneiro da (org). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

² Ver, especialmente, MONTEIRO, John M. *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. MONTEIRO, John M. *Tupis, Tapuias e Historiadores: estudos de História Indígena e do Indigenismo*. [Tese de livre docência]. Campinas, UNICAMP, 2001.

O pesquisador vai em busca tanto de materiais produzidos pelos indígenas quanto pelas pessoas que, direta ou indiretamente, se relacionaram com eles. É certo que a atenção deve estar redobrada para evitar a simples repetição dos discursos unilaterais. Novos horizontes surgem a partir de um olhar mais atento às fontes disponíveis. Uma leitura nas entrelinhas pode revelar, em meio aos discursos etnocêntricos, muitas surpresas não limitadas ao universo dos produtores do documento textual. Ter sido escrita por brancos não impede a fonte de trazer dados para além da cultura de quem a produziu. Para acessar os códigos da cultura indígena no escrito do outro, é preciso estar atento aos indícios, sinais, vestígios, pistas. É necessário ir além dos filtros ocidentais através de uma metodologia que permita uma apreciação do conjunto documental que revele as experiências e as (inter)ações dos índios diante do escritor.

A observação minuciosa das fontes históricas permite enxergar detalhes – às vezes aparentemente insignificantes ou mesmo incompreensíveis – que podem dar a chave para a análise de um contexto cultural. A partir dos sinais deixados pelo documento, age o historiador. Nas fontes produzidas por brancos, encontram-se vestígios que permitem seguir alguns dos caminhos traçados pelo outro: pistas que reconstroem histórias indígenas. Em outras palavras, o historiador analisa documentos históricos com o escopo de revelar vivências de sujeitos que não deixaram registros escritos através da análise e cruzamento de fontes de natureza diversa. Deve-se também ressaltar a importância dos trabalhos antropológicos, que através da oralidade indígena reconstroem lógicas vivenciadas no presente, e dos registros indígenas da sua própria história, que geralmente não têm o formato escrito. São povos que narram, desenham ou mesmo cantam a sua história.